

Grécia: das catástrofes naturais à Greve Geral

17-Dez-2007

Manifestações massivas de estudantes, incêndios, eleições, cheias, greve geral. Sem dúvida que a Grécia viveu um ano conturbado. A direita, no poder desde 200 - depois de 11 anos de governos "socialistas" - resisitiu ao desgaste provocado pelos incêndios que vitimaram 66 pessoas e a 16 de Setembro voltou a vencer as eleições legislativas com maioria absoluta. Mas os protestos sociais continuam fortes, e exemplo disso é a greve geral que a 12 de Dezembro paralisou todos os sectores vitais do país.

O governo de direita tem enfrentado vários protestos sociais contra as suas medidas privatizadoras e neoliberais. O protesto dos estudantes foi um importante teste ao Primeiro Ministro, Costas Caramanlis. A luta dos estudantes começou ainda em 2006, contra o projecto de reforma universitária do Governo conservador. A nova lei, aprovada a 7 de Março de 2007, impõe um prazo para a conclusão dos cursos, acaba com a gestão democrática das universidades, permite à polícia entrar nas instituições de ensino superior e abre as portas à criação de universidades privadas, antes inexistentes na Grécia.

Depois de dois meses de greves e protestos variados tanto de estudantes como de professores, a lei acabou por ser aprovada com 164 votos a favor e 117 contra. Nesse dia, cerca de 10 mil estudantes manifestaram-se nas ruas das duas principais cidades gregas: Atenas e Salónica. Durante as manifestações ocorreram violentos confrontos com a polícia, tendo resultado em 10 feridos e 40 detidos.

Da agitação social à catástrofe natural. Em Agosto, a Grécia sofreu os piores incêndios dos últimos 30 anos, tendo o Governo declarado o estado de emergência. Morreram 66 pessoas, arderam 275 mil hectares, três mil pessoas ficaram sem casa e as autoridades estimaram os prejuízos em 1.200 milhões de euros. "A destruição é de proporções bíblicas", afirmou na altura um bombeiro, na região do Peloponeso.

Rapidamente a catástrofe teve ecos no plano político, já que tanto a oposição como uma parte significativa da população acusou o Governo de falta de inércia, ineficácia, desleixo na prevenção e falta de coordenação dos serviços de socorro e de combate aos incêndios. Bastou um apelo por sms e pela internet para que mais de 10 mil pessoas comparecessem, em Atenas, numa manifestação que culpabilizava o Governo pelo país em chamas, a apenas duas semanas das eleições legislativas.

Apesar da descida nas sondagens, principalmente devido ao impacto negativo dos incêndios, a Nova Democracia (partido do Primeiro Ministro Costas Caramanlis) venceu de novo as eleições legislativas a 16 de Setembro, mantendo a maioria absoluta, apenas por um deputado. Os dois grandes partidos do sistema baixaram e os pequenos partidos aumentaram a sua representação parlamentar.

A Nova Democracia elegeu 152 deputados e obteve 41,85%, perdeu 13 deputados, pois tinha eleito 165, com 45,4% em 2004. O PASOK (Movimento socialista Pan-Helénico) perdeu 15 deputados, passando de 117 para 102, e de 40,5% para 38,11%. Ao contrário, o Partido Comunista elegeu 22 deputados (mais 10), passando de 5,9% para 8,15%. A Syriza (Coligação de Esquerda Radical que pertence ao Partido da Esquerda Europeia) elegeu 14 deputados (mais 8), passando de 3,3% para 5,03%. O Alerta Popular Ortodoxo (extrema-direita) pela primeira vez ultrapassou o limite mínimo de 3% (obrigatório para eleger deputados na Grécia), elegendo 10 deputados, com 3,79%.

Foram precisos apenas mais dois meses para que o país voltasse a viver momentos difíceis. A Água que faltou para apagar milhares de incêndios no Verão, veio em força em Novembro para provocar das maiores cheias registadas no país. Muitas estradas foram cortadas, muitas aldeias foram evacuadas e muitas áreas foram completamente destruídas.

Quase um mês depois, a 12 de Dezembro, uma greve geral de trabalhadores paralisou o país durante 24 horas. Em causa estão os planos do Governo para avançar com a reforma da segurança social.

A mobilização foi lançada pela poderosa Confederação Geral dos Trabalhadores gregos (GSEE, 600 mil membros) e a Federação dos Funcionários (Adedy, 200 mil membros) que conseguiram paralisar os serviços públicos (tribunais, escolas, hospitais, etc.), os bancos, e os transportes urbanos, marítimos, ferroviários e aéreos.

O país ficou também totalmente privado de cobertura noticiosa, dado que os sindicatos dos jornalistas aderiram à paralisação. As três emissões estatais apenas transmitiram um texto de apoio à greve.

Em Atenas, de acordo com a polícia, manifestaram-se 80 mil pessoas. Um dos principais sindicatos que convocou a greve afirmou que esta foi a maior mobilização social da história da Grécia.

O Governo pretende unificar os 170 fundos de pensões estatais (reduzindo-os a oito) e os sindicatos afirmam que essa medida vai originar a diminuição drástica das pensões, o aumento da idade da reforma e mais despedimentos no sector público.